

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estas orientações para a leccionação do Programa de Filosofia (10.º/11.ºanos) não constituem verdadeiras orientações porque são dissonantes com o espírito do Programa homologado, quer no plano dos conteúdos quer no plano didáctico (privilegia-se claramente uma lógica de ensino contra a lógica de aprendizagem defendida no programa¹). O distanciamento de linguagens e de terminologia entre os dois documentos constitui a expressão mais evidente desse desfasamento, inaceitável num documento que tem o programa como referência e que, a partir dele, visa orientar a leccionação. A Associação de Professores de Filosofia estranha que este trabalho não tenha sido solicitado à equipa de autores do Programa homologado (ou uma equipa que incluísse alguns deles).

No preâmbulo do documento em análise ocorrem três situações que merecem uma atenção particular:

1. No seu primeiro parágrafo, a equipa de autores² faz referência a conceitos e conteúdos mínimos. O programa em vigor estruturou-se com base em três tipos de conceitos: conceitos gerais ou transversais; conceitos específicos ou regionais; conceitos metodológicos ou instrumentais. Desde logo, e depois ao longo da leitura do documento, verifica-se que esta riqueza conceptual estruturante é praticamente reduzida a alguns conceitos específicos ou regionais. Os conceitos metodológicos ou instrumentais são explicitamente ignorados ou pelo menos esquecidos, designadamente, no que concerne aos exercícios de conceptualização (*aproximação linguística, aproximação predicativa, aproximação extensiva, aproximação metafórica*). Esta constitui uma razão pela qual afirmámos que, à revelia do texto do programa em vigor, as presentes orientações substituem, sem qualquer justificação, uma lógica de aprendizagem por uma lógica de ensino, claramente empobrecedora, se tivermos como finalidade o enunciado no programa como intencionalidade estruturante da disciplina de Filosofia: «contribuir para que cada pessoa seja capaz de **dizer a sua palavra, ouvir a palavra do outro e dialogar com ela**, visando construir uma **palavra comum** e integradora»³.
2. O terceiro parágrafo da página 1 suscita várias questões. A primeira respeita à vinculação do conjunto mínimo de filósofos e obras de referência. Diz-se que para efeitos de harmonização nacional se estabelece um conjunto de filósofos e obras de referência, mas este mínimo contraria radicalmente o actual programa, impondo assim uma nova proposta. Este parágrafo faz ainda referência a indicações bibliográficas que complementam as que são dadas no programa. Mas, tratando-se de umas orientações para a leccionação do programa, não seria mais razoável utilizar a bibliografia que o programa apresenta? É claro que uma actualização bibliográfica, passados quatro anos, faria todo o sentido. Afinal há novos títulos editados em português e novidades editoriais por esse mundo fora. Contudo, não parece ser essa a intenção, até porque alguns dos textos já existiam à data da homologação do programa. As obras introduzidas, mais do que complementar as do programa, visam substituí-las ou sobrepor-se-lhes. Com efeito, a bibliografia provoca uma deriva teórica de base face ao texto do programa. Esta orientação afigura-se-nos como uma verdadeira mudança de programa.

¹ Programa, pág. 16-17.

² Ao contrário dos autores do Programa homologado, que sabemos quem são, desconhecemos os autores destas orientações e a forma como se refere «equipa de autores» torna-se por isso equívoca e descuidada, pois pode levar os menos atentos a assacar responsabilidades de redacção a quem realmente as não tem.

³ Programa, pág. 5.

3. Finalmente, no penúltimo parágrafo da página 2, afirma-se: «as interpretações, materiais didácticos e práticas lectivas correntes dos professores determinam muitas das orientações aqui apresentadas». Pergunta-se: qual o estudo ou inquérito que suporta esta afirmação? Nisto a equipa de autores destas orientações contrasta com o cuidado que os autores do programa em vigor colocaram na fundamentação das suas opções didácticas e de conteúdo, suportando-as em documentos que não se coibiram de partilhar: por exemplo, R. P. Droit (1995). *Philosophie et démocratie dans le monde – une enquête de l’UNESCO*. Paris : UNESCO⁴ ; F. Henriques e M. Bastos (org.). (1998). *Os Actuais Programas de Filosofia do Secundário – Balanço e Perspectivas*. Lisboa: CFUL/DES; resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto *A Filosofia no Secundário*, “Questionário Nacional sobre os Actuais Programa de Filosofia do Secundário”.

Em suma, não nos parece que o presente documento responda às principais preocupações enunciadas pela equipa de autores destas orientações. Não nos parece que os conteúdos mínimos apresentados correspondam realmente ao programa vigente, não logrando, por isso, a sua harmonização. Não nos parece que tenha conseguido assegurar a imparcialidade e muito menos não privilegiar uma interpretação particular⁵. Basta ter em atenção algumas das novas designações introduzidas (recentes no panorama filosófico português) e associadas a uma determinada linha de interpretação filosófica. Eis alguns exemplos: *compatibilismo*; *incompatibilismo*; *consequencialismo*; *não consequencialismo*.

RESPOSTA AO GUIÃO

1. As orientações estão em conformidade com os objectivos, os conteúdos e as metodologias propostas no programa? (Em caso negativo, p.f. justifique e apresente alternativas)

Pelo exposto nas considerações gerais a nossa resposta é claramente negativa. Dos objectivos explicitamente seleccionados do programa, de acordo com o preâmbulo do documento que estamos a analisar, apenas se seleccionam seis do domínio das competências, métodos e instrumentos relativos à iniciação às competências de análise, interpretação de textos e à composição filosófica. Não se percebe de todo a ausência de referência às competências específicas de problematização, conceptualização e argumentação. Ignora-se todos os objectivos do domínio cognitivo e do domínio das atitudes e dos valores e catorze no domínio das competências, métodos e instrumentos. Com esta selecção restrita transforma-se a filosofia numa mera técnica de análise e interpretação de textos. Convenhamos que é empobrecedor e coloca os objectivos destas orientações muito aquém do enunciado no programa como intencionalidade estruturante da disciplina de Filosofia, a que já chamámos a atenção nas considerações gerais deste parecer. A alternativa passa por uma escolha mais equilibrada dos diferentes objectivos do programa, e não pela sua radical redução.

Quanto aos conteúdos e metodologias:

I – MÓDULO INICIAL – INICIAÇÃO À ACTIVIDADE FILOSÓFICA. Tendo em atenção a especificidade deste módulo e a proposta dos autores do programa para o mesmo, podemos concluir que são mais rigorosas as orientações para a sua leccionação presentes na página 27 do programa do que na página 3 das presentes orientações. Percebe-se claramente a inflexão ao

⁴ Programa, pág. 5, nota 3.

⁵ Cf. *Orientações para a leccionação do Programa de Filosofia (10.º/11.º anos)* – versão para recolha de pareceres. Lisboa: DGIDC, Maio de 2005, pág. 2.

nível dos fundamentos didáticos do programa: é evidente nas orientações uma opção clara por uma lógica de ensino contra a lógica de aprendizagem defendida no programa. Ainda assim, propomos como alternativa que nas orientações se exemplifique, com base em dois ou três exemplos (partindo de noções básicas de filosofia), os quatro momentos didáticos previstos neste módulo: 1. Momento de contexto; 2. Momento de diagnóstico; 3. Momento de iniciação ao trabalho filosófico; 4. Momento reflexivo.

II – A ACÇÃO HUMANA E OS VALORES. No ponto 1 (**A acção Humana – análise e compreensão do agir**), entre os conceitos centrais seleccionados deveriam também constar os de *motivo*, *projecto*, *deliberação* e de *decisão*. Mais uma vez são ignorados os conceitos metodológicos ou instrumentais e, por isso, como anteriormente, faz-se tábua rasa das actividades de conceptualização propostas (aproximação linguística e aproximação predicativa)⁶. Estranha-se a ausência de indicação de uma obra de referência para a questão da acção humana. De entre as várias obras constantes na bibliografia específica do Programa, propomos que seja incluída como obra de referência a de Paul Ricoeur, *O Discurso da Acção*. O Programa prevê como actividade «a análise de textos com posições diversificadas sobre determinismo e liberdade na acção, visando a formulação de problemas». Neste particular a opção por Espinosa, Hume e Sartre parece ajustada, embora, atendendo à riqueza da história da filosofia, se pudessem escolher outros. Menos ajustadas ou desnecessárias são as designações introduzidas: *compatibilismo*, *incompatibilismos* ou *libertismo* para Sartre. Tanto mais que nenhuma delas é contemplada no Programa.

No ponto 2 (**Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa**), verifica-se a inclusão de um par de conceitos (*absoluto/relativo*), de carácter geral/transversal, ignorando-se os conceitos de *preferência valorativa* e *critério valorativo*.

Substituir a reflexão sobre a riqueza da diversidade dos valores, reconhecendo a necessidade de encontrar critérios trans-subjectivos de valoração, bem como a importância do diálogo intercultural pela questão «Será que a diversidade cultural implica o relativismo moral?» parece bastante limitativo. Em alternativa, parece-nos mais razoável e enriquecedora uma abordagem às designadas *éticas dialógicas* ou *éticas da discussão*.

No ponto 3.1. (**A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convivencial**) verificamos que o ponto 3.1.1. (**intenção ética e norma moral**) é substituído por «dimensão ética da acção humana» (pág. 5), retirando-se os conceitos específicos nucleares de *intenção* e *norma*.

Abordar o ponto 3.1.2. (**A dimensão pessoal e social da ética – o si mesmo, o outro e as instituições**) à luz da questão «Por que razão havemos de ser morais?» pode constituir uma boa estratégia, embora alternativa às actividades propostas na pág. 29 do Programa. No que respeita ao ponto 3.1.3. (**A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas**) não vemos a necessidade de utilizar as designações *consequencialismo* e *não consequencialismo*, quando os termos clássicos *éticas teleológicas* e *éticas deontológicas* são mais comuns no meio filosófico português e facilmente assimiláveis por parte dos alunos a partir dos étimos desses termos. Confrontar Kant com Stuart Mill neste contexto não oferece grande discussão, embora a ética epicurista seja intuitivamente mais fácil para os alunos do que a ética utilitarista de Mill. O programa não prevê uma terceira teoria. Por conseguinte ou se

⁶ É verdade que os autores do programa afirmam que «as actividades referidas nos quadros [...] têm uma função meramente exemplificativa» (*Programa*, pág. 26). Contudo, não é menos verdade que todo o programa se desenvolve em torno de actividades de conceptualização, de problematização e de argumentação, que não podem nem devem ser sistematicamente ignoradas. É bom lembrar que não se está a fazer um novo programa, mas a propor-se uma operacionalização do mesmo, com base em conceitos e objectivos mínimos, de forma a harmonizar o programa com a nova realidade de avaliação sumativa externa a que passou a estar sujeito.

compara e confronta a ética das virtudes de Aristóteles com outra perspectiva, em substituição do confronto Stuart Mill-Kant, ou será melhor não incluir, mesmo a título de informação complementar. Lembramos que neste ponto tem todo o sentido desenvolver a actividade de construção de quadros sinópticos de teses e argumentos alternativos sobre os problemas equacionados, prevista no programa.

Quanto ao ponto 3.1.4. (**Ética, direito e política**), a opção por Rawls parece justificada pelos temas/conteúdos do programa, embora se possam eleger e confrontar outros autores da tradição filosófica.

Do ponto 3.2. (**A dimensão estética – análise e compreensão da experiência estética**) não é contemplado o item 3.2.3. (**A arte: produção e consumo, comunicação e conhecimento**)⁷ e os itens 3.2.1. (**A Experiência e o juízo estéticos**) e 3.2.2. (**A criação artística e a obra de arte**) são substancialmente reduzidos e reorientados sobretudo no sentido da teoria da arte. Enfim constitui uma abordagem possível, que aparentemente o programa consente, não sabemos se consensual porque exclui um conjunto de autores quer da Idade Moderna (Baumgarten, em particular) quer da Idade Contemporânea (por exemplo, Mikel Dufrenne) com trabalho sistemático no domínio da Estética Filosófica. Sendo a reflexão estética em Portugal tão rica consideráramos pertinente a introdução de alguns autores portugueses, tais como: Abel Salazar, João José Cochofel, Mário Dionísio, Júlio Pomar.

Também na abordagem do ponto 3.3. (**A dimensão religiosa – análise e compreensão da experiência religiosa**) se verifica uma substancial redução e reorientação de conteúdos a tal ponto profunda que torna praticamente impossível o reconhecimento de qualquer semelhança com o programa. Dos catorze conceitos específicos nucleares sobrevivem apenas três: *Religião, Deus, Fé*. Todo o esforço nesta unidade passa a concentrar-se nas relações entre *razão e fé*. Trata-se de uma abordagem completamente desenraizada da vivência e dos problemas do mundo contemporâneo (*fundamentalismo versus tolerância*) contra o programa que incluía essa abordagem no seu ponto 3.3.3. (**Religião, Razão e Fé – tarefas e desafios da tolerância**). Em que página do Programa se encontra o chamado *Argumento do Designio*, a que a equipa de autores dedica dois dos seis itens dos conteúdos por si propostos? A equipa de autores, confunde a doutrina de Tomás de Aquino sobre a relação entre razão e fé, posto que a teoria da harmonia entre os dois domínios é específica dos autores da Faculdade das Artes, como Boécio de Dácia⁸. Em rigor São Tomás aprofunda a tradição augustinista em que a razão sustenta a fé em vez de se harmonizar com ela.

Quanto ao ponto 4 (**Temas/Problemas do Mundo Contemporâneo**) o modo displicente como se refere «temas de escolha e leccionação livre» denota mais uma vez o abandono da lógica de aprendizagem regulada por uma metodologia de projecto⁹, substituída, neste caso, por uma lógica de ensino discricionária ao gosto de cada um.

III – RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA E FILOSOFIA. No que respeita ao ponto 1. (**Argumentação e lógica formal**) a equipa de autores das orientações ultrapassa largamente o que o programa prescreve para seis aulas de 90 minutos. Os conteúdos centrais propostos para a lógica silogística e para a lógica proposicional clássica, sobretudo se tivermos em atenção o número de aulas destinadas a estas rubricas, parece-nos excessivo, mas enquadrado pelo programa, excepto no que respeita ao tópico «reconstituição de silogismos e determinação da sua validade», para a lógica silogística, e ao tópico «reconstituição, formalização de argumentos

⁷ Trata-se de um dos temas de maior actualidade e interesse especulativo nesta rubrica, sendo nesta matéria W. Benjamin um autor incontornável, a que poderíamos acrescentar Jean Boudrillard.

⁸ Existe uma tradução portuguesa pelas Edições Colibri.

⁹ Cf. *Programa*, pág. 31. No programa apenas o tema/problema é de escolha livre. A partir daí há orientações muito precisas no que respeita ao desenvolvimento das competências, da metodologia a seguir e dos resultados ou produtos finais a obter.

proposicionais e determinação da sua validade». Com efeito, quer o ponto 1.1. (**Distinção validade-verdade**), quer o ponto 1.2. (**Formas de inferência válida**), quer o ponto 1.3. (**Principais falácias**) não prevêem este tipo de exercício e competência técnica. Seria necessário acrescentar ao programa um ponto 1.4. (**Reconstituição de argumentos e determinação da sua validade**) para que este conteúdo fosse considerado regular. Não deve por isso ser considerado nem incluir umas orientações para a leccionação.

No que respeita ao ponto 2. (**Argumentação e Retórica**) referem-se apenas conteúdos centrais. Não são considerados conceitos centrais, pelo que pode concluir-se que os conceitos específicos nucleares do programa são abandonados. O ponto 2.1. (**o domínio do discurso argumentativo – a procura de adesão do auditório**) não é considerado nos termos do programa confinando-se ao estudo da Retórica como «disciplina que estuda vários aspectos da argumentação». Desnecessário será dizer-se que, num ápice, desaparece a necessidade de distinção entre demonstração e argumentação e a relação necessária ao auditório no discurso argumentativo. Assim se esvazia o conceito de argumentação naquilo que possui de retórica e se reconduz ao terreno sem escolhos da simples lógica. Quanto ao ponto 2.2. (**O discurso argumentativo – principais tipos de argumentos e falácias informais**) é abordado dentro dos termos previstos no programa.

No ponto 3, verifica-se uma opção minimalista que distorce completamente a proposta do Programa. São subtraídos os pontos 3.1. (**Filosofia, retórica e democracia**) e 3.3. (**Argumentação, verdade e ser**). Restam pois 5 aulas de 90 minutos para abordar o ponto 3.2. (**Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica**), acentuando-se, dentro daquilo que o programa determina, a necessidade de uma uso ético da retórica. Compreende-se assim a escolha de Platão e de um extracto (457c-466a) da sua obra *Górgias*, onde se postula a necessidade de um uso ético da retórica. Estranhámos a total ausência de qualquer texto contemporâneo sobre a Nova Retórica.

IV – O CONHECIMENTO E A RACIONALIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

No ponto 1.1. (**Estrutura do acto de conhecer**) não são considerados como conceitos centrais (nucleares, no programa) *linguagem e realidade*. Em sua substituição é incluído o par conceptual *a priori / a posteriori* e o conceito de *dúvida*. São introduzidos alguns termos do jargão analítico: *conhecimento proposicional; conhecimento não proposicional; crença verdadeira justificada*. Trata-se de uma abordagem permitida pelo programa, quando se refere na página 33, na coluna relativa ao percurso das aprendizagens o seguinte: «primeira abordagem do conhecimento pela descrição dos elementos constituintes do acto de conhecer, recorrendo à perspectiva de análise que parecer aos docentes mais adequada.»

Quanto à abordagem ao ponto 1.2. (**Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento**), a equipa de autores das orientações escolhe confrontar duas posições sobre o problema da possibilidade de conhecimento (opta, de acordo com o programa, por uma análise a partir dos núcleos temáticos clássicos). São eleitos Sexto Empírico, Descartes e Hume. Estão pois em confronto cepticismo e dogmatismo. Como esta questão só ganha verdadeira dimensão filosófica com a posição crítica de Kant, esta deveria ser considerada. Como o programa apenas obriga à análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento, estas não necessitam de ser antagónicas. Seria porventura um exercício interessante comparar o modo como Kant e Popper superam, cada um à sua maneira, as aporias cépticas.

No ponto 2 (**Estatuto do conhecimento científico**) não é abordado o ponto 2.3. (**a racionalidade científica e a questão da objectividade**). É questionável esta opção já que trata-se de um dos assuntos mais controvertidos e discutidos desde há alguns anos, sobre o qual a

produção filosófica contemporânea é vasta. Os pontos 2.1. (**Conhecimento vulgar e conhecimento científico**) e 2.2. (**Ciência e Construção – verdade e verificabilidade das hipóteses**) são tratados de acordo com o percurso das aprendizagens previsto no programa.

No ponto 3 desta unidade e na unidade que se segue (**V – UNIDADE FINAL: DESAFIOS E HORIZONTES DA FILOSOFIA**) aplica-se as mesmas considerações e objecções produzidas a propósito do ponto 4 da Unidade 2¹⁰.

2. As orientações induzem uma harmonização nacional das práticas lectivas, facilitando a avaliação sumativa externa? (em caso negativo, p.f. justifique e apresente alternativas)

Em princípio, quaisquer orientações, desde que consonantes com o programa, produzem esse efeito. Contudo, como se pode verificar pelo atrás exposto, na ausência dessa consonância, as presentes orientações tornam-se antes factor de confusão, pelo que aconselhamos uma profunda reformulação das mesmas, tanto em termos linguísticos, como de conteúdos e de conceitos gerais, específicos e metodológicos, de modo a conseguir-se uma real vinculação das presentes orientações ao programa. Recordemos que se trata de orientações para a leccionação do programa em vigor! Por fim, verificamos que, em comparação com as indicações metodológicas do programa, as presentes orientações são vagas ou inexistentes.

3. Os conceitos e os conteúdos seleccionados são filosoficamente correctos e relevantes? (em caso negativo, p.f. justifique e apresente sugestões de alteração)

Como pode entender-se pela leitura da resposta à questão 1, embora muitos dos conceitos e conteúdos seleccionados possam considerar-se filosoficamente correctos no contexto alargado da filosofia contemporânea e mesmo da tradição filosófica, ao não estarem de acordo com o programa, deixam de o ser no contexto específico de umas orientações para a leccionação do mesmo. Os conceitos e os conteúdos têm de ser obrigatoriamente os do programa.

4. As obras de referência indicadas são adequadas aos conteúdos e aos conceitos seleccionados? (em caso negativo, p.f. justifique e apresente sugestões de alteração)

Se considerarmos os conteúdos e os conceitos seleccionados sim, se considerarmos o Programa, na maior parte dos casos não porque, como já adiantámos, muitas dessas obras são introduzidas pela necessidade de contemplar conceitos ou assuntos não previstos no programa.

5. As orientações são exequíveis nos tempos indicados no programa para cada rubrica programática? (em caso negativo, p.f. justifique e apresente sugestões de alteração)

Tirando o caso do ponto 1, da Unidade III, Argumentação e Lógica Formal (6 aulas de 90 minutos), onde a proposta horária parece insuficiente, atendendo às noções contempladas e aos exercícios previstos, regra geral a carga horária afigura-se compatível com o desenvolvimento do programa. Apresentamos como sugestão retirar o tópico relativo à reconstituição de silogismos/argumentos (que, como tivemos ocasião mostrar, não está previsto no texto do programa).

6. Que outros aspectos gostaria de ver incluídos, excluídos ou alterados nestas orientações

Depois do que expusemos nas respostas anteriores, resta-nos esperar que o bom senso prevaleça e que a redacção final das Orientações para a Leccionação do Programa de Filosofia (10.º/11.ºanos) seja consonante com o Programa no que respeita a conceitos operativos, temas/contéudos, percursos de aprendizagem, competências e actividades.

¹⁰ Cf. pág. 4.

Coimbra, 29 de Junho de 2005

A Direcção
da Associação de Professores de Filosofia

ADENDA

Considerações sobre a proposta de leccionação para o ponto 3.2. (**A dimensão estética – análise e compreensão da experiência estética**) do Programa de Filosofia (10.º/11.º anos) em vigor.

As "Orientações" reduzem ou restringem o âmbito programático, invalidando quer o carácter problemático de algumas noções quer o seu desenvolvimento em termos contemporâneos. Por exemplo: por muito importante que seja, e é, o contributo kantiano, a definição de experiência estética a partir do "desinteresse", sendo pertinente do ponto de vista histórico-filosófico, não abrange outros critérios, porventura mais relevantes para o estudo da experiência estética, hoje; hoje, quer dizer: quando passámos de uma noção de experiência estética centrada no indivíduo para a necessidade de pensar a experiência estética **na época de massas** (um outro modo de perguntar: como pensar a arte e a experiência estética da obra de arte quando a produção industrializada toma conta de todo o processo de produção). Outro ponto: o conceito de **forma**. Sendo importante em determinado contexto histórico-filosófico, o conceito de forma é posto brutalmente à prova na época da produção digital. O conceito de forma mantém aqui o mesmo tipo de consistência? Finalmente, não tomaríamos tão de frente **a questão do "belo"**. Desembocamos inevitavelmente na dualidade objectivismo/subjectivismo e, por isso, a menos que disponhamos de soluções teóricas para não ficarmos presos nela (o que se conseguirá **NÃO** dando primazia teórica à questão do belo), ficamos numa situação filosoficamente fragilizada.